XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

KAREN BELTRAME BECKER FRITZ

LISLENE LEDIER AYLON

Copyright © 2023 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Karen Beltrame Becker Fritz; Lislene Ledier Aylon. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-817-2
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Derecho, Democracia, Desarrollo y Integración

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos Sociais. 3. Políticas públicas e seguridade. XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires – Argentina (2: 2023 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA

DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I

Apresentação

Apresentação

O XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES – ARGENTINA, foi realizado em parceria com a Universidade de Buenos Aires (UBA), tendo como temática central "Derecho, democracia, dejarrollo e integration". Esse tema suscitou intensos debates desde a abertura do evento e os desdobramentos ao decorrer da apresentação dos trabalhos e da realização das plenárias, sempre utilizando o espaço presencial.

Sob a coordenação das professoras Pós-Dra. Edna Raquel Hogemann (UNIRIO /UNIGRANRIO), Karen Beltrame Becker Fritz (Universidade de Passo Fundo) e Lislene Ledier Aylon o GT DIREITOS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURIDADE I proporcionou sua contribuição ao evento, com exposições orais e debates caracterizados pela atualidade e originalidade quanto pela profundidade dos assuntos abordados pelos expositores.

É importante ressaltar que a diversidade de perspectivas em relação aos temas discutidos fez com que o encontro se tornasse dinâmico, produtivo, agradável e extremamente enriquecedor no que diz respeito à contribuição para a produção do conhecimento.

Eis os trabalhos apresentados:

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE DOS TRANSMIGRANTES NO ESTADO DO RS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO (HUMANIZASUS) PELA METATEORIA DO DIREITO FRATERNO

Janaína Machado Sturza , Gabrielle Scola Dutra , Claudia Marilia França Lima Marques

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO: O CASO BRASILEIRO PÓS-1988

Rodrigo Mioto dos Santos , Marcos Leite Garcia , Luiz Magno Pinto Bastos Junior

A VIOLÊNCIA NEURONAL, OS TRÊS “SUPERS” E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DAS TEORIAS DE BYUNG-CHUL HAN E IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Marcus Geandré Nakano Ramiro

A VULNERABILIDADE DOS “REFUGIADOS AMBIENTAIS” E AS PROPOSTAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA

Claudia Valim Rossi , Marcus Geandré Nakano Ramiro

ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO CATARINENSE NA GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AS POLÍTICAS DE CUIDADO: UMA ANÁLISE DA 19ª LEGISLATURA CATARINENSE

Marcela Diniz dos Santos , Pedro S Fernandes , Marília Segabinazzi Reinig

DE BEM-VINDOS A INDESEJÁVEIS: A POLÍTICA PÚBLICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

DOS MECANISMO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCEDENDO EXISTÊNCIA AO INEXISTENTE

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Dirceu Pereira Siqueira

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EM PROL DA MITIGAÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS

Anna Gabert Nascimento , Laura Prado de Ávila , Sabrina Cadó

EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA POR MEIO DO MODELO HOUSING FIRST PARA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Suelen Maiara dos Santos Alécio , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

GRAVIDEZ PRECOCE: IMPACTOS SOCIAIS, DIREITOS DA PERSONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Karyta Muniz de Paiva Lessa , Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

JUSTIÇA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Márcia Haydée Porto de Carvalho , Aleksandra Lyra Pessoa dos Reis Caldas , José Aristóbulo Caldas Fiquene Barbosa

GUARDA COMPARTILHADA E ALIENAÇÃO PARENTAL: BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE DO MENOR DIANTE DA SEPARAÇÃO

Erika Araújo de Castro , Danilo Rinaldi dos Santos Jr. , Clarindo Ferreira Araújo Filho

PANDEMIA DA COVID-19, CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SISTEMAS DE CONTROLE: UM EQUILÍBRIO DELICADO

Janaína Rigo Santin , Anna Gabert Nascimento

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DILEMAS E DESAFIOS

Ivone Fernandes Morcilo Lixa , Patricia Maccari , Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira

POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÃO: A SAÚDE COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS MIGRANTES NO BRASIL

Janaína Machado Sturza , Claudia Marilia França Lima Marques , Gabrielle Scola Dutra

REFLEXÕES A RESPEITO DO CONSÓRCIO CHANGER: TENSÕES E DESAFIOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS FOCADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À BIOÉTICA

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Oswaldo Pereira De Lima Junior , Benedito Fonseca e Souza Adeodato

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO COMBATE À CORRUPÇÃO: QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E JURÍDICO-CULTURAIS QUE CONDUZEM A NOVAS ATRIBUIÇÕES DOS CARTÓRIOS PELO PROVIMENTO Nº 88/2019 DO CNJ E A IMPORTÂNCIA DO COMPLIANCE

Erika Araújo de Castro , Clarindo Ferreira Araújo Filho , Danilo Rinaldi dos Santos Jr.

TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann , Solange Ferreira de Moura

TECENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

WEAVING PUBLIC POLICIES: THE IMPORTANCE OF EXTENSION CURRICULARIZATION IN DISTANCE EDUCATION COURSES IN BRAZIL

Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann
Solange Ferreira de Moura

Resumo

Este texto aborda, reflexivamente, a importância da curricularização da extensão nos cursos de educação superior a distância no Brasil, tendo em conta que curricularização da extensão é um processo que integra a obrigatoriedade de atividades de extensão em, no mínimo, dez por cento da carga horária mínima dos currículos de todos os cursos de graduação, ampliando o impacto social e a formação cidadã dos estudantes e a aplicação prática das competências desenvolvidas. O artigo destaca a amplitude da política pública e os benefícios dela decorrentes para a educação superior, especialmente, na modalidade a distância, bem como os desafios e estratégias para sua efetiva implementação para os cursos superiores da modalidade do ensino a distância, tanto em instituições públicas quanto privadas. Por meio de uma abordagem teórica e metodológica, que se vale da utilização de revisão bibliográfica e acesso a elementos documentais, as autoras do ensaio discutem como essa prática contribui para o enriquecimento da formação dos estudantes e o fortalecimento da responsabilidade social das instituições privadas e públicas de ensino superior a distância.

Palavras-chave: Extensão, Curricularização, Ensino a distância, Ensino superior, políticas públicas

Abstract/Resumen/Résumé

This text reflexively addresses the importance of extension curricularization in higher distance education courses in Brazil, taking into account that extension curricularization is a process that integrates the obligation of extension activities in at least ten percent of the minimum workload of the curricula of all undergraduate courses, expanding the social impact and citizenship training of students and the practical application of the skills developed. The article highlights the breadth of public policy and the benefits arising from it for higher education, especially in the distance mode, as well as the challenges and strategies for its effective implementation for higher education courses in the distance learning modality, both in public institutions how private. Through a theoretical and methodological approach, which makes use of a bibliographical review and access to documentary elements, the authors of the essay discuss how this practice contributes to the enrichment of students' training and the strengthening of the social responsibility of private and public institutions of distance learning.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Extension, Curricularization, Distance learning, University education, Public policies

Introdução:

A estrutura da educação superior no Brasil possui peculiaridades que tornam as políticas públicas a ela destinadas essenciais para a realização dos princípios inerentes à Constituição Federal de 1988 que instituiu no artigo 6° a educação como direito social, especificamente detalhado nos artigos 205 a 214. Infelizmente, o percentual de brasileiros que conseguem acessar o ensino superior é muito baixo, estando longe de atingir 20% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade. Em 2022, o Brasil contava com menos de nove milhões de estudantes matriculados no ensino superior, sendo que 87,6% das instituições de ensino superior brasileiras são privadas, concentrando a maioria absoluta das matrículas na graduação. Ademais, 81,4% das IES privadas são classificadas como faculdades, sendo somente 4.2% das IES privadas classificadas como universidades e as demais como Centros Universitários. Na rede pública somente 36,8% das IES são classificadas como universidades.

A legislação aplicada à educação superior somente obrigava que universidades e centros universitários promovessem pesquisa e extensão, cabendo às faculdades a obrigatoriedade de focar no ensino, muito embora a existência da premissa acadêmica da necessidade de integração de ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, para além do conhecimento técnico-profissional teórico, é essencial que os estudantes da educação superior desenvolvam consciência das principais demandas sociais e competências que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, promovendo transformações relevantes.

Nesse contexto, a obrigatoriedade da curricularização da extensão, a partir de 2022, conforme disposto na RESOLUÇÃO DO MEC Nº 7, DE 1 8 DE DEZEMBRO DE 2018, aplicável tanto às faculdades quanto aos centros universitários e universidades ampliou, exponencialmente, a incidência da obrigatoriedade da promoção de extensão para as IES privadas e públicas, majoritariamente faculdades, atingindo a totalidade das IES brasileiras. Tal política pública representa uma estratégia para promover a conexão entre o ambiente acadêmico e a sociedade, buscando tornar a educação superior mais abrangente e significativa.

Vale salientar que a legislação que tornou obrigatória a oferta de, no mínimo, 10%(dez por cento) da carga horária de todos os cursos de graduação em atividades de extensão é mais abrangente do que a que obriga a realização de pesquisa, posto que esta somente se

aplica aos centros universitários e universidades, enquanto aquela se aplica inclusive às faculdades, que são a maioria das instituições de ensino superior no Brasil. Frize-se, ainda, que a maior parte das faculdades são instituições privadas, que não possuem a cultura de trabalhos de voluntariado, responsabilidade social ou de projetos de extensão. Por conseguinte, como política pública, a curricularização da extensão representa um grande avanço na busca da construção de uma sociedade mais fraterna, na qual o conhecimento produzido pela academia se conecta com as demandas da sociedade.

Nos últimos anos, educação a distância tem ganhado destaque no Brasil, tornando-se uma opção acessível e flexível para muitos estudantes que buscam a formação acadêmica. Em 2022, pela primeira vez na história da coleta de dados do Censo da Educação Superior., o número de ingressantes no EAD ultrapassou o presencial. Considerando apenas a rede privada, é o segundo ano consecutivo que os calouros do EAD ultrapassam os números dos presenciais. Vale lembrar que 97,6% dos ingressantes em cursos EAD se concentravam na rede privada.

Diante do impactante crescimento da EAD no Brasil, a implementação das novas regras na educação a distância carece se consubstanciar como uma abordagem inovadora que vise promover a efetiva aproximação entre a academia e a sociedade, possibilitando uma formação mais completa e consciente dos educandos.

Este ensaio foi desenvolvido partir da experiência de curricularização da extensão em uma instituição de ensino superior privada, na modalidade a distância, em projeto criado e implementado por suas autoras, possibilitando a interação dos estudantes com a comunidade, sob a supervisão dos docentes, com a aplicação prática dos conhecimentos construídos. Por meio de uma abordagem teórica e metodológica, discute-se como essa prática contribui para o enriquecimento da formação dos acadêmicos e o fortalecimento da responsabilidade social das instituições de ensino a distância.

A educação a distância tem crescido exponencialmente no Brasil, proporcionando o acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de estudantes. No entanto, a qualidade dessa modalidade de ensino muitas vezes é questionada, especialmente no que diz respeito à formação integral dos estudantes e à sua interação com a sociedade. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo destacar a importância da curricularização da extensão nos cursos de educação a distância no Brasil identificando suas vantagens para a formação dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais

engajada e participativa. Serão abordados os benefícios dessa prática para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, assim como para o desenvolvimento social e cultural das comunidades envolvidas.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica sobre a curricularização da extensão e sua aplicação nos cursos de educação a distância no contexto brasileiro. Foram consultadas bases de dados acadêmicas, artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema. Além disso, foram realizadas análises de documentos e relatórios oficiais do Ministério da Educação e de instituições de ensino públicas e privadas que já implementaram a curricularização da extensão em seus cursos de EaD. A análise das informações coletadas permitiu a elaboração de uma abordagem teórica e crítica sobre o assunto.

O referencial teórico desta pesquisa baseou-se nos conceitos de extensão, educação a distância e curricularização. Foram exploradas as contribuições de autores nacionais e estrangeiros que discutem a importância da relação comunidade acadêmica-sociedade, a formação cidadã dos estudantes e o papel da extensão como ferramenta para a transformação social.

A extensão é entendida como uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica contribui com a comunidade através do compartilhamento de conhecimento e, ao mesmo tempo, enriquece seu ensino e pesquisa com as demandas e realidades sociais. A educação a distância, por sua vez, é uma modalidade de ensino que utiliza recursos tecnológicos para viabilizar o acesso ao conhecimento a alunos que estão distantes fisicamente da instituição de ensino. Já a curricularização da extensão implica na integração das atividades de extensão no currículo dos cursos, proporcionando aos estudantes uma formação mais completa e voltada para a cidadania.

1. Sobre o advento da Resolução n°7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE)

A curricularização da extensão nos cursos superiores do país é uma política pública que está devidamente prevista e regulada pelo inciso III do artigo 6º da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior

Brasileira e também regula o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

Essa iniciativa é especialmente impulsionada pela Meta 12.7 do PNE 2014-2024, que oferece estímulo e orientação para aqueles que buscam uma perspectiva de educação superior que vá além da formação puramente profissional. Nesse contexto, adota-se como referência a concepção de extensão proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 2012.

A curricularização da extensão é um passo significativo no sentido de integrar, de forma obrigatória e quantificável, as atividades extensionistas no currículo dos cursos superiores. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em projetos de extensão que abordam desafios reais da sociedade, ampliando sua visão de mundo e aperfeiçoando habilidades práticas.

Portanto, a curricularização da extensão representa uma abordagem educacional mais abrangente e conectada com as demandas da sociedade, consolidando o compromisso das instituições de ensino superior em promover uma educação transformadora e socialmente responsável. Essa política incentiva a participação ativa dos estudantes em ações extensionistas e reforça o papel da universidade como agente transformador na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sobre a Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) é importante informar que ela estabelece diretrizes e orientações para as instituições de ensino superior do país promoverem a extensão como uma das dimensões indissociáveis do ensino e da pesquisa, reforçando o seu compromisso com a sociedade e o desenvolvimento social.

A política de extensão curricular é concebida como um conjunto de ações e projetos que buscam articular a produção do conhecimento acadêmico com as demandas e necessidades da sociedade. Essa integração entre a academia e a comunidade é vista como fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva, transformadora e comprometida com os desafios do país.

A Resolução nº 7/2018 destaca a importância da curricularização da extensão, ou seja, a inserção das atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação e pós-graduação. Isso significa que a extensão deve ser integrada ao processo de formação dos

estudantes, permitindo-lhes vivenciar experiências práticas e aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula para resolver problemas concretos da sociedade.

Com a curricularização da extensão, os estudantes têm a oportunidade de participar de projetos que atendam às demandas sociais e que estejam alinhados com suas áreas de estudo. Essa abordagem fortalece a aprendizagem significativa, estimula o engajamento cidadão e promove uma formação mais completa e humanizada.

Além disso, a política de extensão incentiva as instituições de ensino superior a estabelecerem parcerias com organizações governamentais e não governamentais, escolas, empresas e outras instituições da comunidade. Essa integração é fundamental para identificar as demandas locais e regionais, bem como para garantir que as atividades extensionistas sejam contextualizadas e relevantes para a sociedade.

A Resolução nº 7/2018 também destaca a importância da avaliação e do reconhecimento da extensão como parte integrante das atividades acadêmicas. As instituições devem implementar mecanismos de avaliação dos projetos de extensão, bem como reconhecer a participação dos estudantes e professores nessas ações por meio de certificados e outros instrumentos. Ao estabelecer diretrizes claras e orientações para sua implementação, essa política fortalece o compromisso das instituições de ensino superior com a sociedade, contribuindo para uma formação mais cidadã, ética e comprometida com o desenvolvimento do país.

2. A extensão curricular nos cursos superiores na modalidade a distância

A questão da extensão curricular nos cursos superiores na modalidade a distância é um tema de grande relevância e apresenta uma série de desafios a serem enfrentados. Os cursos a distância têm ganhado espaço na educação brasileira, possibilitando o acesso ao ensino superior a um maior número de pessoas. No entanto, é necessário refletir sobre a inserção da extensão nesse contexto e como ela pode ser efetiva na formação dos estudantes.

De acordo com as informações do Censo da Educação Superior, publicado pelo MEC, em 2022, no ano de 2021 cerca de 60% dos ingressantes no ensino superior optaram por cursos na modalidade a distância. Se considerados apenas os cursos com oferta autorizada na modalidade a distância, excluídos Direito, Medicina, Odontologia e outros poucos, cerca de 80% dos ingressantes optaram pela modalidade a distância. Ressalte-se, ainda,

que a maioria dos egressos dos Cursos de Pedagogia, que formam os docentes da educação básica no Brasil, cursaram na modalidade a distância. De tal modo, a qualidade e a intencionalidade da curricularização da extensão podem ter grande efeito na formação de uma sociedade mais justa, fraterna e cidadã.

Ao aplicar a extensão nos cursos a distância, é importante superar desafios específicos, como a necessidade de aproximação entre instituições de educação superior (faculdades, centros universitários e universidades) e comunidade, mesmo que os estudantes estejam geograficamente distantes. Ainda assim, é possível criar projetos de extensão que se adaptem ao ambiente virtual, como atividades de interação com escolas locais ou organizações da comunidade, enriquecendo a formação dos estudantes.

Nesse contexto, autores como Maria Amélia S. Borges (2018) discutem a importância da extensão na formação do cidadão e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ela destaca a relevância de projetos de extensão que dialoguem com as realidades locais, incentivando a participação ativa dos estudantes na busca por soluções para problemas sociais e apresenta a experiência realizada na Universidade Aberta do Brasil em que, pela utilização da plataforma AVAMEC tem alcançado milhares de pessoas em todo o território nacional

> O AVAMEC é um sistema on-line que permite a concepção e a administração de cursos a distância. Desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC em parceria com o LabTIME, a ferramenta faz parte do programa Educação Conectada, que tem como um dos objetivos fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. (...)O AVAMEC oferece mais de 80 cursos de 20 instituições. Ao todo, quase 200 mil usuários ativos utilizam a plataforma para aperfeiçoar conhecimentos. (BORGES, 2018).

Outro autor relevante é José Dias Sobrinho (2014), que aborda a extensão como uma ponte entre a universidade e a sociedade, destacando a importância de projetos de extensão que promovam a inclusão social e o desenvolvimento local. Ele argumenta que a extensão é uma via de mão dupla, proporcionando tanto a formação acadêmica dos estudantes quanto a transformação da realidade em que estão inseridos.

Portanto, a questão da extensão nos cursos superiores a distância é um desafio a ser enfrentado, mas também representa uma oportunidade de enriquecer a formação dos estudantes e fortalecer os laços entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Ao criar projetos de extensão relevantes e adaptados à modalidade a distância, as instituições de

ensino podem promover uma educação mais engajada, cidadã e conectada com as necessidades e demandas da sociedade.

Alguns aspectos se revelam especialmente importantes a serem considerados na organização, produção e implementação da curricularização da extensão em cursos oferecidos no modelo EaD, entre os quais as autoras do presente estudo elencam, sem hierarquia de importância, na medida em que todos demonstram ser especialmente importantes:

a) Capacitação docente: Os professores devem ser capacitados para atuarem como extensionistas e orientadores de projetos de extensão curricular. É fundamental que estejam preparados para integrar as atividades de extensão ao conteúdo das disciplinas e estimular a interação dos estudantes com a comunidade.

b) Articulação com a comunidade: As instituições de ensino superior precisam estabelecer parcerias com entidades e organizações da comunidade para identificar as demandas locais e viabilizar a realização de projetos de extensão curricular relevantes. Aproximar a academia da realidade social é essencial para o sucesso dessa política.

c) Acompanhamento e avaliação: É fundamental monitorar o desenvolvimento das atividades de extensão curricular e avaliar os resultados alcançados. Isso permite identificar boas práticas, corrigir eventuais desvios e aprimorar constantemente a implementação da curricularização da extensão.

d) Incentivos institucionais: As instituições de ensino podem oferecer incentivos, como bolsas de extensão, reconhecimentos acadêmicos e apoio financeiro para projetos de extensão curricular. Essas iniciativas estimulam a participação dos estudantes e professores e reforçam o compromisso da instituição com a extensão universitária.

e) Integração com ensino e pesquisa: A curricularização da extensão deve estar alinhada com o ensino e a pesquisa, formando um tripé indissociável para a formação acadêmica. Essa integração promove uma aprendizagem mais completa e significativa para os estudantes.

A implementação da curricularização da extensão é um processo desafiador que requer o engajamento de toda a comunidade acadêmica e a articulação com a sociedade. Nessa perspectiva, autores nacionais e estrangeiros têm abordado a importância dessa prática e os desafios envolvidos.

José Dias Sobrinho, em seu artigo intitulado Universidade, Extensão e Desenvolvimento: A instituição de ensino superior como protagonista do desenvolvimento local (2014), destaca que a extensão universitária tem o potencial de atuar como agente transformador na comunidade, promovendo o desenvolvimento local e fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade e aborda os desafios e as potencialidades da curricularização da extensão como política de ensino nas instituições de educação superior brasileiras.

Da mesma forma os professores Andy Furlong e Fred Cartmel, no livro sob o título *Young people and social change: New Perspectives* (2012), já discutiam a importância de envolver os jovens em projetos de extensão para promover mudanças sociais e fomentar um senso de responsabilidade cívica e engajamento na comunidade.

> As recentes mudanças sociais tiveram um enorme impacto na vida dos jovens. A pergunta que surge vai no sentido de quais parâmetros tradicionais ainda são relevantes e examinam até que ponto 'risco' e 'individualização' transmite uma imagem precisa da vida dos jovens. (FURLONG e CARTMEL, 2012, p. 28)[1].

Os autores apresentam um quadro conceitual que explora a extensão como um mecanismo de aprendizagem engajada, destacando sua relevância para uma formação acadêmica mais holística e conectada com a comunidade.

Tony Bovaird, em sua obra intitulada *Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services* (2007), discute as limitações do conceito tradicional de "engajamento" e enfatiza a importância de uma abordagem mais holística e transformadora da extensão universitária para atender às demandas da sociedade contemporânea. Além de situar a questão no âmbito da possibilidade da coparticipação da academia nas políticas públicas a considerar que

> As concepções tradicionais de planejamento e gestão de serviços estão ultrapassadas e precisam ser revistas para dar conta da coprodução como mecanismo integrador e incentivo à mobilização de recursos, potencial ainda muito subestimado. No entanto, a coprodução no contexto de redes com múltiplas finalidades e múltiplas partes interessadas levanta importantes questões de governança pública que têm implicações para a reforma dos serviços públicos. (BOVAIRD, 2007, p. 135)[2]

---

[1] Recent social changes have had an enormous impact on the lives of young people. The authors ask whether traditional parameters are still relevant, and examine the extent to which 'risk' and 'individualisation' convey an accurate picture of young lives. (Texto no original)

[2] Traditional conceptions of service planning and management are now outdated and need to be revised to account for coproduction as an integrating mechanism and an incentive for resource mobilization—a potential that is still greatly underestimated. However, coproduction in the context of multipurpose, multistakeholder networks raises important public governance issues that have implications for public services reform. (Texto no original)

A partir dessas perspectivas de autores nacionais e estrangeiros, é possível compreender que a curricularização da extensão não se trata apenas de uma política educacional, mas de um processo de mudança cultural que envolve toda a comunidade acadêmica. Essa transformação demanda a colaboração ativa de docentes, discentes e corpo administrativo da instituição, bem como a abertura para a escuta e o diálogo com a sociedade. Ao ser bem planejada e executada, a curricularização da extensão pode contribuir significativamente para uma formação mais cidadã, ética e comprometida dos estudantes, fortalecendo, assim, a conexão entre a academia e a comunidade em que está inserida.

Essa afirmação se sustenta em diversos aspectos que envolvem a complexidade da incorporação da extensão no currículo dos cursos e os impactos positivos que essa prática pode trazer para a formação dos estudantes, bem como para o fortalecimento do tecido social. A curricularização da extensão exige mudanças na estrutura e cultura das instituições de ensino superior e em seu diálogo com a sociedade. Por isso, é necessário criar uma infraestrutura adequada para apoiar e monitorar os projetos e as atividades de extensão, estabelecer mecanismos de reconhecimento acadêmico e garantir que os docentes estejam preparados para atuar nessa abordagem.

Em paralelo, a curricularização da extensão não pode ser uma simples "imposição por decreto", mas sim uma construção coletiva. É preciso envolver professores, estudantes, técnicos-administrativos e gestores no processo de planejamento e implementação. O engajamento de toda a comunidade acadêmica é fundamental para que a política seja bem-sucedida e sustentável. E, ao mesmo tempo, é necessária uma boa articulação com a sociedade, eis que a extensão curricular tem como um de seus princípios básicos o diálogo com a comunidade externa. A curricularização da extensão demanda uma intensificação dessa articulação, pois as atividades devem estar alinhadas com as demandas e necessidades da sociedade. Isso implica em conhecer e respeitar os recortes nacionais, regionais e locais e dialogar constantemente com os atores envolvidos.

Esses elementos acima citados se revelam de fundamental importância para que a incorporação da extensão no currículo proporcione aos estudantes a oportunidade de vivenciar experiências que vão além da sala de aula, colocando-os em contato direto com as questões sociais, culturais e econômicas do contexto em que estão inseridos. A vivência extensionista propicia o desenvolvimento de valores éticos, responsabilidade social e senso crítico nos estudantes, contribuindo para uma formação mais cidadã e comprometida com a realidade à sua volta.

Ao incorporar a extensão no currículo de todos os cursos de graduação em faculdades, centros universitários e universidades como política pública, a educação superior deverá reafirmar seu compromisso com a sociedade e sua responsabilidade em contribuir para a resolução de problemas e o desenvolvimento sustentável. Ações extensionistas bem planejadas e executadas geram resultados significativos para a comunidade, estreitando os laços entre a instituição e o entorno, fomentando uma relação de confiança e parceria.

A vivência em projetos de extensão curricular possibilita um aprendizado mais significativo para os estudantes, uma vez que eles são desafiados a aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Essa experiência enriquece a formação acadêmica, tornando-a mais contextualizada e conectada com a realidade.

3. Duas proposições didático-pedagógicas de materialização da curricularização da extensão no ambiente EaD:

A extensão universitária, atividades nas quais os estudantes desenvolvem projetos, com apoio docente junto à comunidade, já é uma realidade nos cursos de Ensino a Distância. Um bom exemplo de implementação da curricularização da extensão em um curso a distância no Brasil é o caso da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB é uma iniciativa do governo federal que tem como objetivo oferecer educação superior a distância em parceria com instituições de ensino superior públicas.

Nesse contexto, destaca-se o curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UAB, ofertado por diversas universidades parceiras. Nesse curso, a curricularização da extensão é uma prática consolidada, permitindo que os estudantes vivenciem experiências significativas de aproximação com a realidade educacional das comunidades em que estão inseridos.

Os mecanismos implementados para a curricularização da extensão no curso de Pedagogia a distância da UAB incluem: a) disciplinas voltadas à extensão, que abordam a extensão universitária e sua importância para a formação do pedagogo. Essas disciplinas proporcionam uma base teórica sólida sobre a extensão e suas diversas possibilidades de atuação; b) projetos de extensão integrados nos quais os discentes são incentivados a participar de projetos de extensão que são desenvolvidos em parceria com escolas, organizações sociais e outras instituições da comunidade. Esses projetos são integrados

ao currículo do curso, permitindo que os alunos coloquem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Em paralelo, os estudantes contam com orientação e acompanhamento dos professores para a realização das atividades de extensão. Os docentes atuam como mediadores entre a universidade e a comunidade, apoiando os estudantes em suas experiências extensionistas. Sendo certo que essas atividades de extensão são avaliadas e reconhecidas no currículo do curso, contribuindo para a nota final e para a formação dos estudantes. Essa valorização acadêmica incentiva o engajamento dos alunos nas ações extensionistas.

Também a pesquisa revelou que a UAB estabelece parcerias sólidas com escolas e comunidades locais para identificar as demandas e necessidades da região. Isso possibilita que os projetos de extensão sejam mais relevantes e alinhados com a realidade dos estudantes.

Tabela 01: Modelo de Plano de Ensino - UAB

PLANO DE ENSINO - DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AÇÕES DE EXTENSÃO		
1. Ementa:	Estudo da educação inclusiva no contexto das políticas públicas brasileiras. Discussão sobre a importância da extensão universitária no fomento à inclusão educacional. Análise de práticas pedagógicas inclusivas e elaboração de projetos de extensão voltados à comunidade.	
2. Carga Horária:	Teórica: 40 horas	Prática: 20 horas
3. Objetivos:	Compreender o conceito e a importância da educação inclusiva na contemporaneidade; Analisar as políticas públicas de inclusão educacional no Brasil; Discutir o papel da extensão universitária no contexto da educação inclusiva; Conhecer práticas pedagógicas inclusivas e suas aplicações no ensino a distância; Desenvolver habilidades para elaboração de projetos de extensão voltados à inclusão na comunidade.	
4. Conteúdo Programático:	Conceito e fundamentos da educação inclusiva; Políticas públicas de inclusão educacional no Brasil; A extensão universitária como estratégia para a inclusão educacional; Práticas pedagógicas inclusivas no ensino a distância; Elaboração de projetos de extensão em educação inclusiva	
5. Metodologia:	Aulas expositivas com recursos audiovisuais; Discussão de textos e estudos de caso; Atividades práticas individuais e em grupo; Elaboração de projetos de extensão em educação inclusiva.	

6. Avaliação:	Participação nas atividades em sala de aula: 20% Trabalhos e exercícios individuais e em grupo: 40% Elaboração de projeto de extensão: 40%
7. Bibliografia:	BORGES, M. A. S. Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso? São Paulo: Paulus, 2016. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. GARCIA, R. M. Educação Inclusiva: Ideias, Debates e Propostas. Porto Alegre: Mediação, 2015.
8. Atividades de Extensão:	Os estudantes serão incentivados a participar de atividades de extensão relacionadas à educação inclusiva, em parceria com escolas e organizações da comunidade. Será proposta a elaboração de projetos de extensão que atendam às necessidades identificadas nas instituições parceiras, visando à promoção da inclusão educacional.

Fonte: http://portal.mec.gov.br/uab. Elaboração das autoras

Esse exemplo demonstra como a curricularização da extensão pode ser efetiva em cursos a distância, proporcionando uma formação mais abrangente e conectada com a sociedade. Ao integrar a extensão ao currículo, os estudantes têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos em projetos práticos, desenvolvendo habilidades de cidadania, ética e compromisso social. Além disso, essa abordagem fortalece a relação entre a universidade e a comunidade, promovendo um ensino mais contextualizado e significativo.

Este é apenas um exemplo simplificado de plano de ensino para uma disciplina que aborda a curricularização da extensão na UAB. Cada universidade parceira da UAB pode ter suas próprias especificidades e abordagens, mas a estrutura do plano de ensino pode incluir os elementos essenciais para a integração da extensão no currículo do curso.

O Modelo da Faculdade Unyleya

A concepção do modelo de extensão curricular da Faculdade Unyleya parte das demandas sociais que emanam dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da ONU, abordados como temas transversais em todos os cursos de graduação, a serem trabalhados à luz dos conhecimentos específicos amealhados pelos estudantes em suas respectivas áreas de atuação. O principal Projeto de Extensão Institucional é o “Educando para Cidadania”, em parceria com escolas de educação básica empresas e organizações não governamentais em todo o país. Os trabalhos são desenvolvidos colaborativamente, muitas vezes por alunos de diversas cidades, estados e regiões, para a produção de elementos educativos que alavanquem o desenvolvimento dos ODS, em cada localidade, respeitadas as suas especificidades.

A seguir, um modelo de plano de ensino da Faculdade Unyleya, onde uma das autoras desempenha o cargo de diretora acadêmica de graduação. Esta Instituição de Ensino Superior considera essencial a implementação de práticas de extensão institucionalizadas, que englobem tanto o corpo docente quanto o discente e a comunidade. Isso pode ser alcançado por meio da execução de programas e projetos de extensão, em âmbito local e regional, alinhados com o que está previsto na estratégia 12.7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, para o período de 2014 a 2024.

Nesse sentido, tais práticas devem ser estabelecidas por meio de parcerias com os setores público, privado e terceiro setor, requerendo a elaboração de instrumentos de contratos e convênios. A prioridade deve ser dada ao desenvolvimento de atividades acadêmicas interdisciplinares, que permitam a integração de diferentes áreas do conhecimento e a abordagem conjunta de questões sociais e comunitárias.

Tabela 02: Modelo de Plano de Ensino - UNYLEYA

PLANO DE ENSINO - DISCIPLINA: **Ambiente Profissional e de Extensão III (APEX III)**		
1. Ementa:	Mudança de paradigmas no Direito. Litígio sob a ótica da teoria dos conflitos. Soluções não adversariais. A cultura da Paz: aceitação das diferenças, empatia, alteridade, respeito humano. Abordagem sustentável do conflito. Princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana. Comunicação não violenta. As formas consensuais de solução de conflitos. Solução de disputas em plataformas digitais. Articulação dos conhecimentos de Direito civil - obrigações e responsabilidade civil penal, do trabalho e de ciência política, para a compreensão e sedimentação do Direito. Trabalho colaborativo. Princípios da extensão institucional. Uso educacional das mídias digitais. Projeto Educando para a Cidadania do Programa de Extensão Institucional. Produção de materiais educacionais com uso das mídias digitais.	
2. Carga Horária:	Teórica: 40 horas	Prática: 60 horas
3. Objetivos:	Identificar um novo paradigma norteador do Direito nos marcos de solução consensual dos conflitos. Desenvolver competências para a pacificação de conflitos. Compreender o conflito como fenômeno social. Adquirir repertório de comunicação não violenta. Conhecer as plataformas digitais para a prática de meios consensuais de solução de conflitos. Conhecer a legislação brasileira dos meios adequados de solução de conflitos (MARC). Desenvolver competências: conhecimentos, habilidades atitudes e valores para a prática dos MARC. Produzir materiais educativos, por meios digitais, sobre prevenção e pacificação de conflitos por meios não adversariais, para o Programa de Extensão Institucional, destinado aos estudantes e professores da Educação Básica.	

4.Conteúdo Programático:	1. Conflito e comunicação não violenta 1.1. O conflito como fato social relevante 1.2. A cultura de paz: diferenças, empatia, alteridade e respeito 1.3. Linguagem e escuta ativa 1.4. A materialização do princípio da dignidade humana: as partes como protagonistas 2. Métodos Adequados de Resolução de Conflitos: os conflitos entre partes 2.1. Abordagem adequada do conflito 2.2. Mediação e vínculos pessoais 2.2.3. Técnicas de mediação 2.2.4. Objetivos intra e extra conflito 2.3. Arbitragem nas relações de mercado 2.3.1. O lugar da decisão técnica 2.3.2. Desenho de procedimentos arbitrais 3. Justiça restaurativa e o conflito que afeta a comunidade 3.1. As feridas coletivas e a abordagem comunitária de conflitos sociais 3.2. O reconhecimento da responsabilidade 3.3. Técnicas indispensáveis 3.4. Função da justiça restaurativa desde pequenas comunidades escolares até grandes comunidades internacionais 4. Os MARC e o uso de plataformas digitais 4.1. Soluções de disputas em plataformas digitais 4.2. A comunicação à distância 4.3. As plataformas mais difundidas e suas ferramentas 5. Princípios Básicos da Pesquisa Acadêmica 5.1. Legitimidade das fontes da pesquisa e a responsabilidade do pesquisador. 5.2. Escolha e delimitação do tema da pesquisa, de acordo com as demandas da comunidade a ser atingida, em seu segmento específico. 5.3. Planejamento e desenvolvimento da pesquisa. 5.4. Elaboração de relatório síntese do conteúdo da pesquisa. 6. Elaboração de produtos de extensão (blogs, e.books, podcasts etc.) por meio de mídias digitais para o Projeto Educando para a Cidadania. 6.1. Conhecimento das possibilidades de mídias digitais para os produtos. 6.2. Desenvolvimento dos produtos educativos na mídia digital escolhida. 6.3. Testagem e revisão dos produtos. 6.4. Implementação do produto final na comunidade alvo.
5. Metodologia:	O discente dos cursos de graduação da Faculdade Unyleya dedica parte significativa de seu tempo ao estudo individualizado por meio da sala de aula virtual de seu curso. Este estudo é sistematizado com base no cronograma de estudos. O desenvolvimento das atividades pedagógicas tem como suporte a leitura de material complementar. O aluno conta com professor disponível para responder dúvidas encaminhadas pela sala de aula virtual, bem como, corrigir as atividades propostas, oferecer material didático complementar, indicar links pertinentes aos temas em debate etc. Em Aproximação ao Ambiente Profissional, no entanto, a particularidade de ser um componente curricular e de percorrer um semestre inteiro proporciona uma dinâmica diferenciada. Ademais, trata-se do espaço privilegiado de interlocução permanente entre o Coordenador do Curso e seus discentes, com o objetivo de aproximar o ambiente acadêmico do espaço profissional. Como suporte à compreensão dos conteúdos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes, o estudante conta com professores disponíveis para a mediação dos fóruns, resposta às dúvidas encaminhadas pelas ferramentas da sala de aula virtual, correção dos exercícios, oferta de material didático complementar e indicação de links pertinentes aos temas da disciplina. Entre

	os recursos metodológicos utilizados para a promoção do estudo individualizado, destacam-se: 1. Circuitos de Aprendizagem: são compostos pelos Circuitos: Inicial, Intermediário e Final. Cada um desses circuitos contém duas aulas, totalizando seis aulas por disciplina. Esse material é disponibilizado em HTML. Os temas são abordados de forma dialógica, permitindo um processo individualizado de construção de conhecimentos e favorecendo estudos sistematizados de assuntos relacionados aos temas do conteúdo. Além do material escrito, são disponibilizados vídeos, links e sites da área de conhecimento, livros e artigos que complementam o conhecimento da disciplina. No espaço dos circuitos de aprendizagem estão disponíveis as seguintes atividades: 1.1. Fórum de Informações: é um espaço dinâmico de interação assíncrona, destinado à comunicação. 1.2 Exercícios Objetivos: são atividades que compõem cada circuito de aprendizagem. Esses exercícios objetivos têm a finalidade de propiciar a verificação do conhecimento adquirido pelo estudante de modo a contribuir para o seu desenvolvimento cognitivo, compondo o processo avaliativo. 2. Circuito Integrador: é composto por questões e atividades abrangendo todo o conteúdo da disciplina, para aferição do desenvolvimento de competências específicas. 3. Encontros Síncronos – são atividades em tempo real, mediadas pelo Coordenador do Curso, a partir de temas específicos estudados na Aproximação ao Ambiente Profissional 1, a partir do uso da Ferramenta Teams e demais aplicativos que possibilitam a construção autoral coletiva e individual. 4. Pasta de Material Complementar disponível na sala de aula virtual de cada disciplina com diferentes conteúdos (vídeos, links e sites da área de conhecimento, livros e artigos) que complementam o conhecimento da disciplina. Relativos às disciplinas estudadas no semestre com foco nos desafios enfrentados pelo futuro profissional da área.
6. Avaliação:	A dimensão 1 da disciplina é composta pelos Circuitos de Aprendizagem nos quais são apresentadas questões objetivas e atividades, acerca do conteúdo estudado em cada aula, distribuídas entre os Circuitos Inicial, Intermediário e Final, valendo um total de até 70 (sessenta) pontos. O Circuito Integrador é composto por questões de múltipla escolha e/ou atividades, abrangendo todas as competências desenvolvidas na disciplina, com enfoque na resolução de problemas e valendo um total de até 30 pontos. Distribuição da pontuação dos Circuitos de Aprendizagem: Circuito Inicial – 10 pontos. Circuito Intermediário – 30 pontos. Circuito Final – 30 pontos. Circuito Integrador – 30 pontos. Na dimensão 2 da disciplina, na qual são ofertadas atividades síncronas e assíncronas pelo Coordenador do Curso, ao longo do semestre letivo do aluno, são atribuídos pontos extras. Para cada atividade realizada o estudante recebe estrelas, que valem pontos, podendo somar até 30 pontos na nota final, com limite de 100 (cem) pontos, sendo 10 pontos distribuídos nas atividades auto avaliativas apresentadas ao longo das aulas interativas, e 20 pontos a serem alcançados a partir da participação nas atividades assíncronas. A Nota da Disciplina é composta pela soma da pontuação total das questões objetivas dos Circuitos de Aprendizagem, mais a pontuação das questões do Circuito Integrador e dos pontos extras. Para aprovação são necessários 70 (setenta) pontos.

	Caso o (a) estudante não alcance a pontuação mínima para a sua aprovação, 70 pontos, será oportunizado uma nova atividade avaliativa para a sua recuperação, com 10 questões de múltipla escolha, relacionadas aos conteúdos estudados nos Circuitos de Aprendizagem. Para a aprovação deverá alcançar, no mínimo, 70 pontos. A atividade de recuperação substituirá a pontuação obtida nas atividades avaliativas realizadas nos Circuito de Aprendizagem e Integrador. Após essa atividade de recuperação, se o (a) estudante obteve como resultado uma pontuação inferior a 70 pontos, deverá realizar a Prova Final. A Prova Final é composta por 10 questões de múltipla escolha, totalizando 100 pontos. A composição final da nota da disciplina será organizada da seguinte forma: total de pontuação alcançada nas atividades avaliativas dos Circuito de Aprendizagem e/ou Atividade de recuperação + a pontuação alcançada da prova final que será divida por dois. O resultado final para a aprovação deverá ser igual ou superior a 50 pontos.
7. Bibliografia:	Não se aplica
8. Atividades de Extensão:	O desenho didático de Aproximação ao Ambiente Profissional está organizado a partir de duas dimensões, a saber: a dimensão 1 envolve toda as atividades assíncronas que compõem a trilha de aprendizagem (Circuitos Inicial, Intermediário, Final e Integrador), visando a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes específicas da formação profissional de cada carreira; a dimensão 2 desenvolve-se em paralelo à 1, abordando os valores constantes no PPI da Unyleya aplicados à prática profissional, por meio de atividades em recursos síncronos e assíncronos mediados pela Coordenação de Curso. Para tal, são utilizadas atividades nas quais os estudantes experimentam múltiplos materiais de consulta para análise, seminários, cine vídeo com debates, palestras, estudo orientado de forma interativa, multimodal e gamificada. Desse modo, os estudantes adquirem competências fundamentais para as práticas de ensino/aprendizagem/avaliação orientadas pelo uso de multimeios educativos à luz das questões contemporâneas, mediadas pelos conteúdos acadêmicos das disciplinas.

Fonte: Faculdade Unyleya. Elaboração das autoras

Dessa maneira, a extensão universitária se fortalece como um pilar essencial da formação dos estudantes e do papel da universidade na sociedade. Através dessas práticas institucionalizadas, a academia se aproxima das realidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que está inserida.

Além disso, a participação ativa do corpo docente e discente, aliada à interação com a comunidade, garante que os projetos de extensão sejam significativos e atendam às necessidades reais da população. A colaboração com diferentes setores da sociedade enriquece as ações extensionistas, favorecendo o compartilhamento de recursos e conhecimentos, bem como o alcance de resultados mais abrangentes e sustentáveis.

Portanto, ao investir na institucionalização das práticas de extensão, as universidades fortalecem sua missão social, fomentando uma educação mais integrada, comprometida com a cidadania e capaz de promover transformações positivas em seu entorno. Essa

abordagem reforça o papel das instituições de ensino superior como agentes ativos na construção social plena do país.

Considerações Finais

Nesse panorama, a base de dados apresentada ao longo do presente texto oferece caminho para o delineamento de perspectivas a garantir a efetividade da curricularização da extensão, alguns mecanismos e estratégias são necessários e que caminham no sentido da necessidade da elaboração de normas e diretrizes institucionais pelas instituições de ensino superior devem criar normas e diretrizes internas que definam como será o processo de curricularização da extensão em seus cursos. Isso inclui a identificação das disciplinas, projetos e atividades de extensão que serão incorporados ao currículo, bem como a definição dos critérios de avaliação e acompanhamento dos resultados alcançados.

A curricularização da extensão nos cursos de educação a distância no Brasil traz uma série de benefícios para os estudantes e para a sociedade como um todo. Primeiramente, permite que os alunos saiam do ambiente virtual e tenham contato direto com as demandas e necessidades da comunidade. Isso amplia sua compreensão sobre a realidade social, cultural e econômica do país, contribuindo para sua formação como cidadãos engajados e conscientes.

Além disso, a curricularização da extensão possibilita a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Os estudantes têm a oportunidade de colocar em prática teorias e conceitos, desenvolvendo habilidades e competências que serão essenciais para sua atuação profissional futura.

Outro ponto relevante é o fortalecimento da responsabilidade social das instituições de educação a distância. Ao incorporar a extensão ao currículo, as IES demonstram seu compromisso com a comunidade e assumem um papel ativo na resolução de problemas e na promoção do desenvolvimento local e regional.

Contudo, é importante ressaltar que a implementação da curricularização da extensão exige uma estruturação adequada por parte das instituições de ensino. É necessário estabelecer parcerias com entidades e organizações locais, planejar atividades relevantes e monitorar os resultados alcançados. Além disso, é preciso assegurar que os docentes estejam preparados para conduzir as atividades de extensão de forma integrada ao conteúdo curricular, garantindo a coesão entre teoria e prática.

O desenvolvimento do texto ora em suas considerações finais buscou revelar os principais aspectos relacionados à curricularização da extensão nos cursos de educação a distância e conclusivamente pode apontar no sentido de que integrar atividades de extensão ao currículo oportuniza aos estudantes o desenvolvimento das necessárias competências para mapear e resolver problemas reais da comunidade. Isso possibilita uma maior aproximação entre a academia e as demandas da sociedade, resultando em ações mais efetivas e soluções mais relevantes para as questões sociais.

Do mesmo modo, é possível concluir-se que a curricularização da extensão contribui para a formação de cidadãos mais críticos, éticos e comprometidos com o bem-estar coletivo. Os estudantes desenvolvem habilidades como empatia, trabalho em equipe e liderança, tornando-se agentes de mudança em suas comunidades. Assim sendo, a inclusão de atividades extensionistas no currículo agrega valor à formação dos estudantes, enriquecendo suas experiências e proporcionando uma visão mais abrangente e humanizada dos conhecimentos construídos.

Por outro lado, não restou desconsiderado o fato de que a efetiva curricularização da extensão enfrenta desafios como a resistência institucional e do corpo estudantil, a necessidade de estruturação de parcerias com a sociedade civil e a busca pela articulação entre teoria e prática no contexto da educação a distância.

A curricularização da extensão nos cursos de educação a distância no Brasil é uma estratégia fundamental para promover uma formação mais completa, abrangente e comprometida com as demandas da sociedade. Ao integrar as atividades de extensão ao currículo, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar experiências enriquecedoras e aplicar os conhecimentos em prol do bem comum. Isso não apenas fortalece a formação acadêmica, mas também contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

No entanto, para que a curricularização da extensão seja efetiva, é fundamental que as instituições de educação a distância invistam em estruturação, planejamento e formação docente adequada. Somente assim será possível colher os frutos dessa abordagem, promovendo uma educação mais inclusiva, transformadora e alinhada com os desafios da contemporaneidade.

Por fim, a curricularização da extensão é uma estratégia que busca integrar a academia com a sociedade, formando cidadãos mais conscientes, éticos e comprometidos. A

amplitude da política pública proposta é desafiadora, porém a eficácia de sua implementação terá efeito profundamente significativo, posto que envolverá todas as IES privadas e públicas. No entanto, sua implementação demanda um esforço conjunto de todos os envolvidos na comunidade acadêmica, assim como uma abertura para dialogar com a sociedade e compreender suas demandas. Quando bem planejada e executada, essa política pode gerar transformações positivas tanto para a formação dos estudantes quanto para o fortalecimento da conexão entre a academia e a comunidade em que está inserida.

Referências

BOVAIRD, Tony. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services, Volume67, Issue5, Public Administration 84(1): 81–102, 2007.

BORGES, Maria Amélia S. Cursos de extensão em português, matemática e tecnologias da informação, 2018. Disponível em: http://educacaoconectada.mec.gov.br/todas-noticias/217. Acesso em 20 jun. 2023.

BRASIL, Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (2001), aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, *Diário Oficial [da]República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 10/1/2001, p.1. Disponível em http://www.diariooficial.hpg.com.br/plano_nac_educacao.htm, acesso em 13 de jun. 2023.

BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE), *Plano Nacional de Educação 2014-2024*, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014, 86 p. (Série legislação, n. 125).

BRASIL, Resolução n. 7, de 7 de dez. de 2018: estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192, acesso em 13 de jun. 2023.

FACULDADE UNYLEYA, *Projeto Pedagógico do Curso de Direito*, Rio de Janeiro, 2021.

FURLONG, Andy e CARTMEL, Fred. Young people and social change:New Perspectives, Open University Press, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade, Extensão e Desenvolvimento: A Universidade como protagonista do desenvolvimento local, in: Revista da Avaliação da Educação Superior, nov. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/bpfJ9GZV4GtLj98vtXn8GK; Acesso em 20 jun. 2023.

XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX. Carta de Manaus. Maio de 2012.